



Articulação pelos **13,23%**

O Sindjus-DF, representado pelo coordenador-geral Costa Neto, reuniu-se, no dia 3/8, com os ministros do STF Gilmar Mendes e Dias Toffoli, para tratar dos 13,23%. As reuniões também tiveram a participação de associações de diversos tribunais e do advogado Hommonnai – do escritório Ibanneis Advocacia e Consultoria, formando uma força-tarefa em favor da matéria que é de interesse de todos os servidores do Poder Judiciário e do MPU.

O ministro Gilmar Mendes frisou que a Corte já tinha decidido sobre essa questão (suspender o pagamento), no entanto, foi esclarecido que essa decisão aconteceu antes da sanção da Lei 13.317/2016, que em seu artigo 6º traz o reconhecimento dos servidores do Judiciário ao percentual de 13,23%. Já o ministro Dias Toffoli questionou o impacto orçamentário dessa absorção, sendo informado que essa questão foi acordada entre STF, Legislativo e Executivo, tendo sinal verde para aprovação. Inclusive, o presidente Temer não vetou o artigo.

“

Os servidores do PJU/MPU têm previsão em lei para receber os 13,23%

”

Costa Neto,
coordenador-geral
Sindjus-DF



Defesa da Justiça Eleitoral



Nesta semana, temos um compromisso importante com a luta em defesa do serviço público, contra a terceirização e o rezoneamento da Justiça Eleitoral (extinção de zonas eleitorais). O evento foi aprovado durante a reunião do Fórum Nacional de Entidades dos Servidores Federais (Fonasefe), que aconteceu de 4 a 6 de agosto, em Brasília, com participação do coordenador do Sindjus-DF e da Fenajufe, Costa Neto.

O Sindjus realizará palestra no TRE para tratar do rezoneamento e da terceirização no serviço público. Na ocasião, será realizado ato em defesa da Justiça Eleitoral. No mesmo dia, serão escolhidos os representantes do DF para o Encontro Nacional dos servidores da JE. Para Costa Neto, é importante que todos os servidores se unam contra as investidas do governo. "Vamos às ruas pelo fortalecimento da Justiça Eleitoral, contra o fantasma da terceirização e as reformas que pretendem destruir direitos sociais e democráticos, como a da Previdência".

Um novo nome para um novo informativo

O boletim Sindjus-DF voltou a ser semanal trazendo novidades em matéria de projeto gráfico e linguagem. E essa repaginação pede um novo nome. Ajude a batizar esse informativo.

Ligue para 3212-2613 e dê sua sugestão.

Estudo econômico: benefícios sociais

O Sindjus-DF vai realizar estudo econômico orçamentário com relação a EC 95 (novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por 20 anos) para verificar como os tribunais estão gerindo os recursos, em especial, no que se refere aos benefícios sociais. A intenção é descobrir se os recursos estão tendo a destinação correta e se não há margem para remanejamentos no sentido de reforçar os benefícios sociais. Isso servirá de base para o Sindjus cobrar com propriedade as administrações e fazer o debate necessário em relação aos planos de saúde, que são causa de muita reclamação dos servidores.



5 11 anos da Lei Maria da Penha

Diminuiu sua autoestima?
Te manipulou?
Está te vigiando?
Te deixou constrangida?
Quer te controlar?
Te fez se sentir humilhada?

Isso é violência psicológica

Existem muitos motivos para não se cair, e apenas um deles é suficiente para denunciar! Disque 180

cnj.official

EXPEDIENTE

Boletim Sindjus-DF - www.sindjusdf.org.br
E-mail: atendimento@sindjusdf.org.br
Texto: Daniel Campos - Designer: Rose Gomes

Coordenadores gerais: Costa Neto (TRE/DF), Chico Vaz (STJ); Coordenadores de Administração e Finanças: Devair Lima (TJDFT), Gilmar Saraiva (TRF), Roberto Jovane (TJDFT); Coordenadora de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas: Neuza Ferreira (TST); Coordenadores de Comunicação, Cultura, Esporte e Lazer: Ednete Bezerra (STJ), Paulo Setubal (TJDFT); Coordenador de Formação e Relações Sindicais: Josivam Evangelista (TJDFT).